

Negociação profissional da dívida

03 MAI 1990

A coragem com que o governo brasileiro adotou um duro programa de combate à inflação e de modernização do aparelho estatal confere-lhe, perante a comunidade financeira internacional, uma autoridade de que o governo anterior carecia, que lhe dá condições bastante favoráveis para a negociação da nossa dívida externa. Embora não tenha pressa em iniciar a negociação, visto que sua principal preocupação é assegurar o sucesso do programa de ajuste interno, o governo procura, neste momento favorável, acumular trunfos a ser utilizados quando sentar-se à mesa com os banqueiros internacionais. Foi bastante oportuna, por isso, a viagem da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, aos Estados Unidos, onde participou da reunião dos comitês interinos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird).

A reunião foi precedida da divulgação de um documento de uma instituição criada pelos bancos credores, o Instituto Financeiro Internacional, no qual os banqueiros pedem ao FMI que não conceda novos empréstimos ao Brasil enquanto o País não retomar os pagamentos externos, suspensos desde meados do ano passado. A resposta do diretor-geral do FMI, Michel Camdessus, foi francamente favorável ao Brasil. A retomada dos pagamentos, disse Camdessus, depende do sucesso do programa de reforma interna e "os bancos precisam colaborar para que isso aconteça".

Outro apoio importante veio do Clube de Paris. O diretor-geral da organização, o francês Jean-Claude Trichet, disse à ministra Zélia Cardoso de Mello que o Clube de Paris apóia o programa de estabilização, quer retomar as negociações sobre os pagamentos atrasados e ainda pretende ampliar os créditos ao Brasil.

No final deste mês ou no início de junho, uma missão técnica do FMI virá ao Brasil para as primeiras análises dos números relativos ao programa de ajuste econômico. Será o início do processo de negociação, que só mais tarde, após concluído o acordo com o Fundo Monetário Internacional e com outras instituições multilaterais de crédito, se estenderá aos bancos privados.

Há, em relação às negociações anteriores realizadas pelo Brasil, uma diferença fundamental. Desta vez, como explica o embaixador extraordinário para a negociação da dívida externa, Jório Dauster, o governo definiu primeiro um programa de ajuste interno, para depois examinar os termos de um acordo externo. Como esse programa ainda está em fase de consolidação, ainda não existem números definidos para as negociações (como, por exemplo, o montante que o País poderá remeter ao Exterior).

Desse modo, não se repetirá o erro comum no passado, quando os termos impostos pelos banqueiros nas negociações foram sistematicamente descumpridos porque o Brasil não tinha condições de honrá-los. Agora, os limites serão determinados pelos resultados que o programa de ajuste interno apresentar.

Isso não quer dizer confronto. Ao contrário, a própria indicação de Dauster para a função de negociador da dívida externa retira do tema a carga política que o marcou no governo passado. A negociação, agora, será profissional, num momento em que, como mostra o documento do Instituto Financeiro Internacional, os bancos endurecem sua posição e exigem, por isso, grande dose de profissionalismo dos negociadores brasileiros.